





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA GABINETE DO VEREADOR CABO FONSECA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA **MUNICIPAL DE CARIACICA - ES**

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/2025

O Vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas a que são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, nos termos do art. 115, da Resolução nº. 378/91 (Regimento Interno da Câmara de Cariacica), vem à presença de Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores apresentar EMENDA SUPRESSIVA E ADITIVA, ao PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012, DE 03 DE SETEMBRO DE 2025 em destaque:

EMENDA SUPRESSIVA E ADITIVA:

Art. 15. A penalidade de suspensão de prerrogativas regimentais por até 6 (seis) meses, aplicável ao Vereador que incidir nas condutas previstas nos artigos 3º e 5°, incisos IV, V e VI, deste Código, será deliberada pelo Plenário da Câmara Municipal, em votação aberta, nominal e por maioria absoluta de seus membros, observado o rito previsto neste Código.

Que passa a ter a seguinte redação:





Art. 15. A penalidade de suspensão de prerrogativas regimentais por até 6 (seis) meses, aplicável ao Vereador que incidir nas condutas previstas no artigo 5º, incisos IV, V e VI, deste Código, será deliberada pelo Plenário da Câmara Municipal, em votação aberta, nominal e por 2/3 de seus membros, observado o rito previsto neste Código.

Justificativa

A presente Emenda Supressiva e Modificativa tem por objetivo adequar o **artigo 15** do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Cariacica, visando corrigir erro material e promover maior equidade e segurança jurídica na aplicação das penalidades.

1. Supressão do artigo 3º do rol de condutas

- o O texto original previa que a penalidade de suspensão de prerrogativas regimentais seria aplicável ao vereador que incidir nas condutas previstas nos artigos 3º e 5º, incisos IV, V e VI.
- Contudo, o artigo 3º trata de deveres gerais dos vereadores, não de atos atentatórios ao decoro parlamentar. Sua inclusão no rol de condutas passíveis de suspensão configura erro material, podendo gerar insegurança jurídica e questionamentos quanto à legalidade da penalidade.
- o A supressão do artigo 3º corrige essa inconsistência, delimitando corretamente as condutas sujeitas à penalidade ao previsto no artigo 5°, incisos IV, V e VI, em conformidade com o objetivo do Código de Ética.

2. Modificação do quórum para deliberação do Plenário

- o O texto original prevê deliberação por maioria absoluta dos membros do Plenário.
- Propõe-se alteração para que a decisão seja tomada por 2/3 dos vereadores, garantindo maior estabilidade, equidade e







- consonância com outras legislações municipais, estaduais e federais, que adotam quórum qualificado para penalidades graves.
- Tal alteração reforça o princípio do devido processo legal, previsto no artigo 5º, LIV, da Constituição Federal, assegurando que decisões que afetam prerrogativas parlamentares e o exercício do mandato sejam tomadas com consenso qualificado, evitando decisões precipitada ou politicamente motivadas.

3. Observância do rito previsto no Código e no Regimento Interno

- O procedimento permanece submetido ao rito processual disciplinar previsto no Código, respeitando os princípios da ampla defesa e contraditório, conforme garantias constitucionais (art. 5°, LV, CF/88) e os dispositivos do Regimento Interno da Câmara de Cariacica.
- o A alteração reforça a segurança jurídica e a coerência institucional, prevenindo nulidades processuais e garantindo que a sanção seja aplicada de forma legítima, proporcional e colegiada.

Portanto, a presente emenda supressiva e modificativa corrige erro material, aumenta a legitimidade das deliberações do Plenário e harmoniza o texto com o ordenamento jurídico municipal, estadual e federal, assegurando proteção ao mandato do vereador e credibilidade às decisões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Plenário Vicente Santório Fantini, 25 de Setembro de 2025.

FÁBIO BARBOSA DA FONSECA VEREADOR

E-mail: ver.cabofonseca@camaracariacica.es.gov.br

